

INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), tenho o prazer de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual 2002-03. Conforme determina a Carta, este relatório expõe as atividades da OEA e sua situação financeira. Este documento, elaborado segundo as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331 de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2002 e 28 de fevereiro de 2003.

Esta Introdução constitui uma excelente oportunidade para refletir sobre as realizações alcançadas e sobre os desafios que ainda nos aguardam. Sem dúvida, este foi um ano pleno de obstáculos e problemas. Mas a OEA reagiu de forma decidida e oportuna aos crescentes desafios apresentados. Nesse período, presenciamos a primeira aplicação da Carta Democrática Interamericana, a aprovação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, o êxito de numerosas missões de observação eleitoral, a intermediação para solucionar diferenças fronteiriças e a cooperação para solucionar problemas políticos internos.

Hoje, o perfil internacional da OEA já cresceu consideravelmente, e os países reconhecem a importância do cenário multilateral e as possibilidades por ele oferecidas nas Américas. A OEA é o ponto de encontro para o debate hemisférico e atualmente cumpre a tarefa de secretaria técnica e memória institucional do processo da Cúpula das Américas. A adoção da Carta Democrática Interamericana, em 2001, dotou a Organização de novos mecanismos para promover e defender a democracia em toda a região. Numa demonstração do reconhecimento de nossa convicção democrática, fomos laureados pelo Instituto Nacional Democrático (NDI) com o prestigioso Prêmio W. Averell Harriman da Democracia por nosso trabalho de proteção e promoção dos valores e instituições democráticas no Hemisfério. Referindo-se às realizações da OEA, o NDI a citou como a única organização intergovernamental que tem na democracia representativa um propósito, um princípio e uma condição de adesão.

De 2 a 4 de junho, reunimo-nos em Barbados para o Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a fim de tratar dos desafios mais significativos que enfrentamos: a pobreza e os problemas sociais; a promoção da democracia; o terrorismo; a cooperação na solução de problemas políticos internos; a promoção dos direitos humanos; a conciliação dos conflitos fronteiriços; e o impulso ao livre comércio. Uma das realizações fundamentais da Assembléia Geral de Barbados consistiu em aprovar a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, fazendo da OEA o primeiro organismo internacional a criar um tratado contra o terrorismo desde os atentados de 11 de setembro. Também se discutiram as melhores formas de promover e defender a democracia na Venezuela e no Haiti.

A Carta Democrática Interamericana foi aplicada pela primeira vez imediatamente após a ruptura da ordem constitucional na Venezuela, em abril passado. Diante deste fato, convocou-se uma sessão extraordinária do Conselho Permanente, nos termos do artigo 20 da Carta Democrática Interamericana. Nesta sessão, o Conselho Permanente encarregou-me de investigar os acontecimentos de 11 e 12 de abril e instou-me a levar a cabo as gestões necessárias para restabelecer a ordem constitucional no país. Em meu relatório perante a Assembléia Geral reunida em período extraordinário de sessões, acentuei a necessidade de enfrentar a dramática polarização da sociedade venezuelana e apresentei algumas recomendações para solucionar definitivamente a crise. Assim, ofereci o apoio da OEA para estabelecer um diálogo entre as partes e prevenir a repetição dos acontecimentos de abril.

Diante do agravamento da crise e de um considerável aumento na tensão entre o Governo e a oposição, desloquei-me para a Venezuela, onde, com apoio do Centro Carter e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), promovi a criação de uma Mesa de Negociação e Acordos composta por seis representantes do Governo e seis da oposição. Num esforço inédito, eu, como Secretário-Geral da

OEA, atuei no papel de facilitador da Mesa a partir de novembro de 2002, com o objetivo de abrir um espaço de negociação direta, de entendimento, de intercâmbio de idéias e de apresentação de propostas que levassem a uma solução política definitiva para a crise política que a Venezuela atravessa.

Em 2002, a OEA também prosseguiu com seus esforços na busca de uma solução para a crise política que atinge o Haiti desde as eleições legislativas de maio de 2000. Em março, após um acordo da Organização com o Governo do Haiti, estabeleceu-se a Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no país, prevista na resolução CP/RES. 806, do Conselho Permanente. Designou-se igualmente uma Comissão de Inquérito composta por três juristas das Américas, com a finalidade de examinar as circunstâncias que causaram no Haiti a violência desencadeada em 17 de dezembro de 2001.

Em duas ocasiões, de 10 a 18 de junho e de 5 a 8 de julho de 2002, o Secretário-Geral Adjunto, Luigi Einaudi, esteve no Haiti juntamente com o Presidente do Conselho de Relações Exteriores e da Comunidade (COFCOR) da CARICOM, Senador Julian R. Hunte, como parte do esforço da OEA para alcançar uma solução para a crise. Na segunda viagem, o Secretário-Geral Adjunto reuniu-se com o Presidente Jean-Bertrand Aristide e com representantes da coalizão opositora *Convergence Démocratique*, num encontro sem precedentes desde a posse do Presidente Aristide. Em 11 de julho, o Secretário-Geral Adjunto apresentou ao Conselho Permanente seu relatório sobre o resultado da Missão OEA/CARICOM. Posteriormente, em 4 de setembro de 2002, o Conselho aprovou a resolução CP/RES. 822, que incorporou muitos elementos e compromissos constantes do Projeto de Acordo Inicial. Entre outras coisas, a resolução CP/RES. 822 solicitou a ampliação da Missão Especial da OEA no Haiti, a fim de abranger as questões críticas do desarmamento e da segurança eleitoral. Essa resolução também estabeleceu prazos para estabelecer um novo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) e uma Comissão de Garantias Eleitorais, e para realizar eleições legislativas e municipais.

A Comissão de Inquérito sobre os acontecimentos de 17 de dezembro de 2001 apresentou seu relatório ao Conselho Permanente em 1º de julho. Nesse relatório, a Comissão fez um vívido relato das circunstâncias do ataque ao Palácio Nacional e dos atos de violência subseqüentes contra os líderes da oposição. Da mesma forma, esse documento recomendou que se processassem todas as pessoas implicadas nos atos de violência e se compensassem devidamente todas as organizações e pessoas vítimas de tais atos. A médio prazo, a Comissão exortou as autoridades a reformarem o sistema judicial e a tomarem, com relação à polícia, aos direitos humanos e aos meios de comunicação, medidas que permitissem restabelecer um clima de confiança e entendimento.

Em agosto, diante de nova irrupção de violência e da paralisação das negociações, e cumprindo o compromisso da OEA no sentido de alcançar um acordo, designei David Lee, Chefe da Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti, como meu representante especial no país, e o Embaixador Denneth Modeste, Subchefe da referida Missão, como Diretor do Escritório da Secretaria-Geral da OEA no Haiti.

Em novembro apresentei, na qualidade de Secretário-Geral, o primeiro relatório sobre a implementação da resolução CP/RES. 822, aprovada pelo Conselho Permanente em 4 de setembro, na qual se formula um apelo em favor da criação de um Conselho Eleitoral Provisório “autônomo, independente, confiável e neutro”. A OEA mantém intacto seu compromisso com o Haiti, cuja situação continua a preocupá-la. Sem dúvida, a implementação da resolução CP/RES. 822 é o melhor caminho para uma solução definitiva da crise.

Como parte de nossos esforços no sentido de contribuir para intermediar os problemas fronteiriços, encerrou-se em 30 de setembro de 2002, após dois anos de trabalho, o processo de conciliação das diferenças territoriais entre Belize e a Guatemala, com a apresentação das propostas dos conciliadores para uma solução justa e equitativa.

Continuamos também dedicados à tarefa de promover a democracia por meio de nossas missões de observação eleitoral, que só se realizam por solicitação dos países membros interessados. Nossos esforços neste campo foram louvados internacionalmente e põem em relevo nosso compromisso de promover a democracia em todos os rincões do Hemisfério. Neste particular, é necessário também reconhecer os grandes esforços dos países que acolheram nossas missões técnicas. Muito embora seja evidente que a democracia, enquanto sistema político, está sofrendo graves pressões e sendo seriamente questionada, podemos afirmar, orgulhosamente, que em todas as eleições em que servimos como observadores houve plena transparência e adesão aos princípios da democracia. Observadores da OEA acompanharam os cidadãos da Colômbia, Nicarágua, República Dominicana, Bolívia, Equador e Peru ao exercer o seu direito de voto. É preciso reconhecer igualmente a colaboração dos países observadores da OEA, que, em muitos casos, doaram os recursos necessários ao cumprimento efetivo de nossas missões de observação.

De forma análoga, concluiu-se um trabalho em conjunto com a Nicarágua, o Panamá e a Colômbia para esclarecer as circunstâncias da exportação e o destino de um carregamento de armas e munições oriundo da Nicarágua e que acabou em mãos de paramilitares colombianos. Atendendo à solicitação dos Ministros das Relações Exteriores desses países no sentido de efetuar um estudo a fim de estabelecer os fatos com certeza e sugerir mecanismos e procedimentos para prevenir situações semelhantes no futuro, nomeou-se para coordenar a investigação o ex-diplomata americano Morris D. Busby, que entregou seu relatório final em 17 de janeiro de 2003.

Comemoramos o primeiro aniversário da Carta Democrática Interamericana com uma sessão solene do Conselho Permanente e uma conferência em que se analisaram o alcance e o êxito desse documento. Sem sombra de dúvida, a Carta é o avanço institucional mais importante da OEA na última década e o exemplo mais claro do compromisso democrático assumido por nossos Estados membros. A comemoração de seu primeiro aniversário esteve à altura desse instrumento histórico, contando com a presença do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. O Presidente Toledo observou que a Carta “nos proporciona uma concepção moderna e integrada de democracia”. Manteremos nossos esforços para garantir que os princípios da Carta Democrática sejam aplicados em todos os países da região.

Por intermédio da Unidade de Comércio, a Organização continua trabalhando assiduamente nos assuntos de integração econômica e de política comercial no Hemisfério. Em particular, a Unidade de Comércio prestou assistência técnica aos Estados membros no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas por meio das reuniões dos grupos de negociação da ALCA, da Sétima Reunião Ministerial de Comércio realizada no Equador e das reuniões vices-ministeriais realizadas na Venezuela, República Dominicana e Equador. Em conformidade com as disposições tomadas pela Assembléia Geral em Barbados, a Unidade prossegue o seu trabalho com a Comissão Tripartite, composta também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas.

Como parte dos esforços da Organização no tema da segurança hemisférica, teve lugar em maio a Terceira Reunião da Comissão Consultiva criada no âmbito da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Neste encontro, fez-se um apelo aos Estados membros e às organizações convidadas para que se considerasse o desenvolvimento de um regime internacional destinado a unificar e globalizar o tratamento do problema. Nas respectivas deliberações, ficou clara a preocupação comum em relação ao agravamento do problema do tráfico ilícito de armas e à necessidade de medidas urgentes em nível nacional com ajuda da comunidade internacional.

A Cúpula das Américas realizada em Québec atribuiu um papel estratégico a nossa Organização no tocante ao desenvolvimento do potencial humano mediante os modernos progressos das novas tecnologias

da informação e das comunicações. Levando em conta a importância que os Estados membros atribuem à formação de seus recursos humanos, desenvolvemos, com a participação de todas as áreas da Secretaria-Geral, uma intensa atividade em torno desse tema, em relação ao qual o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, bem como o Portal Educacional das Américas, cumpriram uma função predominante. Em 2002, como resultado, quase quadruplicamos o número de bolsas concedidas em programas de formação e treinamento, em comparação às concedidas em 2001.

O tema das comunicações continua a revestir-se de especial importância no âmbito da OEA. Em agosto de 2002, a Terceira Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Comunicações (CITEL) aprovou a resolução CITEL/RES. 33 (III-02) sobre a implementação da Agenda de Conectividade para as Américas. Esta resolução reconhece a importância da Agenda e do Plano de Ação de Quito elaborados pela CITEL, pelo avanço que representa nos esforços voltados para eliminar o fosso digital nas Américas.

Em 31 de maio, foi expedida a Ordem Executiva N° 24 do Secretário-Geral, sobre os serviços prestados pela Secretaria-Geral às reuniões ministeriais ligadas ao processo das Cúpulas das Américas. A ordem incumbe a Secretaria-Geral dos serviços de secretaria técnica, conferências e coordenação com o processo de cúpulas das Reuniões Ministeriais, bem como de seus órgãos, mecanismos ou reuniões político-técnicas que lhes sirvam de apoio. Assim, regulamentou-se o apoio da Secretaria-Geral, por meio de suas dependências, às Reuniões Ministeriais relacionadas com o cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas.

Este ano não foi isento dos desastres naturais que com frequência castigam nosso Hemisfério. A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais reuniu-se várias vezes para agilizar o atendimento de emergências causadas por desastres naturais, graças ao apoio e à participação ativa do BID, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da OEA, bem como à divisão de tarefas efetiva entre as três entidades. A OEA também contribuiu para amenizar os terríveis efeitos dessas calamidades com doações do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) e reiteradas e sentidas declarações de solidariedade. Na Bolívia, Costa Rica e Haiti, as inundações causaram dezenas de mortes e danos materiais quase incalculáveis.

O ano abrangido por este Relatório provou que a OEA está em condições de reagir de forma positiva aos desafios que ameaçam nosso Hemisfério. Apesar dos problemas econômicos e das dificuldades políticas enfrentadas por alguns países, nenhum Estado membro caiu na esparrela de abandonar a democracia. Testemunhamos eleições livres, justas e transparentes em vários países e a vontade democrática dos povos das Américas. Ainda há muito que fazer, e as crises da Venezuela e do Haiti o demonstram inequivocamente. Estou convencido de que o renascimento da solidariedade hemisférica e do espírito democrático contribuirá para resolver as dificuldades ou conflitos atuais, bem como os que se nos apresentem no futuro. Ainda há um longo caminho a percorrer e múltiplos obstáculos a superar. Devemos manter nosso compromisso intacto e seguir trabalhando para promover e defender os ideais da democracia, da liberdade e de uma qualidade de vida melhor para todos os cidadãos de nosso Hemisfério.

César Gaviria
Secretário-Geral